

MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA

DOCUMENTO INTERNO 4

JORNADA DE APOIO À RESISTÊNCIA DO POVO CHILENO

1. O PROBLEMA DO PODER

EM 1970, Allende tem nas suas mãos o poder executivo; mas só tinha de facto uma parte do poder de Estado tradicional, visto que o Senado e a Câmara dos deputados ficou, de 70 a 73, nas mãos da oposição de centro direita e direita, que o aproveitamento para bloquear muitas das iniciativas de Allende, e o poder judicial fazia respeitar escrupulosamente a legalidade instaurada pela direita.

A questão era então a seguinte: dever-se-ia trabalhar pacientemente até obter a maioria no Congresso para que o poder judicial aplique em seguida a nova legalidade, ou era necessário instaurar quanto antes, a todos os níveis, novos poderes que tornassem efectiva a democracia socialista e praticamente ineficaz a oposição do Senado?

Assim, o debate opunha os que defendiam uma "progressão responsável" do poder popular, previligiando o poder do Estado e os que pouco a pouco forjaram a tese do "duplo poder"; isto é, a necessidade de conquistar simultaneamente todos os poderes económicos e sociais, única via para uma Revolução efectiva.

Neste debate havia 3 elementos centrais:

1. A QUESTÃO DA LEGALIDADE:

A "via chilena" para o socialismo era a do respeito das leis definidas pelo regime anterior. Consciente do conteúdo simbólico e quase emocional da noção de legalidade, estreitamente ligada à de liberdade ou de democracia, Allende comprometeu-se a respeitá-la totalmente, embora utilizando em seu proveito tudo o que nessa legalização podia favorecer a aplicação do programa da Unidade Popular.

Mas, de facto, a U.P. caiu numa armadilha pois desde que esgotou todas as possibilidades de utilização da antiga lei, não foi capaz, por escrúpulos ..., de pôr de pé uma nova legislação beneficente com os seus objectivos.

Respeitar a legalidade nas condições em que se encontrava a U.P., e respeitar uma legislação instituída pela direita, para manter os seus privilégios.

2. AS CLASSES MÉDIAS

O Chile é o país da América latina em que as classes médias mais se desenvolveram.

Além disso, Allende foi eleito por uma massa eleitoral reagrupando as classes pobres, proletariado e sub-proletariado, mas também uma parte das classes médias.

Era preciso definir uma atitude quanto a estas classes.

OU se considerava como o MAPU e MIR que a classe média está sempre do lado do mais forte e nessa altura era preciso intensificar a luta popular de base levando a pouco e pouco a classe média a perceber onde estava o seu interesse,

OU então fazia-se tudo para atrasar e travar o processo revolucionário para não meter medo às camadas da pequena burguesia, procurando constantemente o diálogo com os seus dirigentes: a democracia cristã.

3. O EXÉRCITO

Este problema foi evitado nos primeiros tempos da U.P., por um lado porque se admitiu a lealdade do exército, por outro porque fazia tudo para que ele não estivesse descontente.

Desde à muito que o exército não tinha tão boas condições como sob Allende.

Os partidos de esquerda negligenciaram durante muito tempo a questão do exército porque consideravam que:

1. Ele ficaria submetido à Constituição e, portanto, ao poder político;
2. O exército, por se situar fora das classes e do confronto social.

A atitude dos chefes de estado maior Scheneider e Prats, reforçava esta tese e esta esperança, mostrando os riscos da tensão política que o exército correria se deixasse o seu papel tradicional.

No entanto a atitude da esquerda quanto ao exército foi evoluindo, pois cada vez se tornava mais evidente o conluio desfe com a direita.

Allende pensou que podia neutralizar o exército trazendo para o governo alguns chefes mas estava de facto a precipitar o debate político no seio do exército e a isolar os militares "fieis".

À volta destes problemas, havia divergências cada vez mais importantes na U.P. com duas correntes políticas mais importantes:

1. De um lado o MOC (MAPU obrero y campesino), o PC e a social-democracia (direita do PS), sobre a qual Allende se apoiava; do outro lado a maioria do PS (com secretário geral Carlos Altamirano) a esquerda cristã e o MAPU Garretón (mov. de Acção Popular).

O MIR estava fora da U.P. mas apoiava-a de forma crítica e tinha posições próximas da tendência "dura" no seio da U.P..

a) O que separava estas duas correntes era a própria maneira de encarar o processo revolucionário chileno. Todos estavam de acordo que o regime de Allende era apenas um primeiro passo na via revolucionária.

Mas a primeira corrente considerava que esta revolução só se podia fazer por "etapas", insistindo numa evolução controlada pelo movimento popular.

Por exemplo, eles consideravam necessário:

1. Respeitar escrupulosamente a lei Frei sobre a reforma agrária,
2. Não ultrapassar os princípios avançados no programa da U.P. em matéria de nacionalização das empresas.

Em geral, o respeito rigoroso pelas regras políticas em vigor, levava-os, para "consolidar" as conquistas do regime Allende, a mostrarem um ximo de boa vontade com as categorias susceptíveis de se aliarem à U.P..

Para eles, a consolidação queria dizer estabilidade do conjunto do movimento, isto é: restabelecimento rápido do equilíbrio económico e controle estrito da evolução social. Isto implicava uma sólida e pesada administração e um partido monolítico para enquadrar esta política.

Esta atitude levava a travar o trabalho da extrema esquerda, cada vez que esta ultrapassasse o quadro estabelecido mas por outro lado, deixava à U.P. uma margem de manobra muito limitada; com efeito, a direita, que detinha ainda todo o poder económico, não dava tréguas permitindo essa estabilização do processo.

Assim para a direita da U.P., "consolidar" era bloquear a evolução reprimindo os revolucionários e pondo de pé uma burocracia que não tinha qualquer meio de acção contra a direita que espreitava a mínima possibilidade de destruir o processo revolucionário.

A esquerda da U.P. assim como o MIR, consciente da imensa aspiração popular, porque estava pelo seu trabalho, em contacto mais directo com o sub-proletariado, considerava que era preciso agir mais depressa para chegar a uma situação irreversível uma situação de poder popular. Era preciso levar para a frente este processo de forma contínua ao ritmo a que o povo, consciente da capacidade de recuperação da direita o reclamava.

A organização do povo e dos trabalhadores, para que eles se pudessem defender em todos os sectores, face às forças da direita, tornou-se

o OBJECTIVO PRINCIPAL: é o nascimento dos "poderes" populares.

b) Estas duas atitudes políticas determinavam, naturalmente, duas maneiras de conduzir a economia.

Neste campo, a margem de manobra da U.P. tinha dois limites importantes que a reduziam quase a zero:

1.a maioria dos poderes económicos escapavam à U.P., estavam nas mãos da direita,

2.o respeito da legalidade e, nomeadamente, o respeito dos princípios fiscais do regime anterior.

Assim, a U.P. apenas podia gerir (provisoriamente?) o CAPITALISMO.

A primeira tendência queria assegurar uma gestão económica com redistribuição das massas budgtárias em proveito dos programas sociais, tanto quanto possível. Por razões de oportunidade política, consideravam que não se deviam tomar medidas que atacassem os privilégios essenciais da direita.

Quanto à esquerda da U.P., insistiam antes de tudo o mais sobre o proceguimento da vontade da U.P. (programas sociais, expropriação de terras e fábricas...)

Menos dispostos que os legalistas a respeitar o rigor imposto pela direita e recusando todas as medidas que pudessem lesar as massas, recusam o princípio que fossem as massas trabalhadoras a suportar a inflação.

A esquerda estava consciente da armadilha em que a acção económica do governo estava a cair.

O problema central que nos põe o drama da economia chilena nesse período é o dos meios que um regime tem que encontrar para estabelecer uma nova ordem democrática; não havia equilíbrio pior que o da coexistência entre uma legislação e princípios de direita, e uma política económica resolutamente Progressista.

Neste domínio mais do que em qualquer outro, o problema pôs-se cada vez com mais acuidade;

LEGALIDADE BURGUESA OU LEGITIMIDADE REVOLUCIONÁRIA

C) A questão de dar armas ao povo foi posta no fim de três anos de U.P. quer dizer, tardiamente e de modo desesperado.

Num momento em que a tensão era tão grande e que a direita usava livremente a violência, era difícil não se perguntar se não se ia assistir a um confronto entre o povo desarmado e uma milícia fascista, armada e poderosa.

Allende tentou acreditar até ao fim que a direita não tomaria a responsabilidade duma "guerra civil" e preocupado em não dar argumentos à direita para intervir e acreditando na divisão do exército, declarou, em 11 de Agosto de 1973 que: "Não haverá um exército paralelo".

A C.U.T., pedia às massas trabalhadoras que demonstrassem a sua força resistindo e paralisando as fábricas ocupando-as.

A esquerda da U.P. teme o confronto armado, ou pensa que só dando armas ao povo se pode "dissuadir" a direita de ir para a frente com o golpe de estado., ou pensa que o confronto é fatal e que não se pode deixar a iniciativa à direita.

Allende e os moderados da U.P. , mantêm uma recusa de princípio, abstendo-se de criticar a liberdade de acção do exército.

Entretanto, os partidos sentem cada vez mais a necessidade de tomarem medidas de auto-defesa e cada cordão industrial, cada fábrica e muitos bairros sabem que é cada vez mais urgente formar Comités de Vigilância e treinarem-se militarmente.

(110)

A COMISSÃO PREPARADORA